

TEU IRMÃO POBRE **(Dt 15,7)**

Manuel Díaz Mateos

I. Introdução

O Documento de Santo Domingo faz um claro convite a toda a Igreja para "assumir com decisão renovada a opção evangélica e preferencial pelos pobres, firme e irrevogável"¹. Esta opção, em continuidade com a de Medellín e de Puebla, representa a tomada de consciência de uma Igreja que quer ser "cada vez mais fiel a sua identidade"².

Porém, por mais que falemos de "decisão renovada", não soam tais palavras a lugar comum, sintoma de um desgaste dos termos e inclusive de uma ideologização? Não se tem falado já demasiado dos pobres sem que as coisas tenham mudado significativamente tanto na intenção quanto na realidade? Os pobres e a opção pelos pobres não têm despertado demasiadas tensões e mecanismos de defesa nos indivíduos e na sociedade?³

O certo é que, para além das palavras, os fatos são dramáticos. Depois de uma "década perdida"⁴, "o crescente empobrecimento no qual estão mergulhados milhões de irmãos nossos até chegar a intoleráveis extremos de miséria é o mais devastador e humilhante flagelo que vive a América Latina e o Caribe"⁵. Compreende-se então que, se os pobres

¹ Documento de Santo Domingo (DSD) 178, 179, 296.

² Discurso inaugural do Santo Padre 1, e DSD 179.

³ São frequentes as notícias da Europa provocadas pela irrupção dos imigrantes pobres do Terceiro Mundo e a reação violenta e conservadora de um amplo setor da população.

⁴ Perdição para os países pobres, sem dúvida, mas não sabemos quem a encontrou ou quem a ganhou

⁵ DSD 179 (o *itálico* é nosso).

são mais pobres e sua situação mostra-se intolerável até o ponto de não permitir que o mundo possa "sentir-se tranqüilo e satisfeito ante a situação"⁶, a Igreja insista na necessidade de "assumir com decisão renovada" a opção que fez algumas décadas atrás. A conversão não chegou e a opção não se personalizou nem concretizou. Por mais que nos incomode falar do tema, os fatos estão à vista e os pobres também. Seu número aumentou e com isto se têm multiplicado também os rostos de excluídos e marginalizados, empobrecidos e desesperados; rostos que clamam e interpelam.

Devemos dizer também que esta opção não é só da América Latina ou do Terceiro Mundo. É da Igreja universal que, desde o Papa João XXIII, tem-se empenhado em mostrar um rosto mais genuíno e evangélico sendo a "Igreja dos pobres". A pobreza não é problema só da América Latina, mas do mundo inteiro, da sociedade universal organizada em base a critérios que não são nem humanos nem evangélicos. A opção deve ser de todos, pois como podemos viver com tranqüilidade o evangelho ante uma realidade que nega nossa fé nele? "As desigualdades iníquas e as opressões de todo tipo que afetam hoje milhões de homens e mulheres estão em aberta contradição com o evangelho de Cristo e não podem deixar tranqüila a consciência de nenhum cristão", dizia há alguns anos o cardeal Ratzinger⁷. E com isto entramos no sentido mais genuíno desta opção.

A opção pelos pobres é urgentemente exigida por uma tríplice fidelidade: fidelidade à realidade da pobreza crescente, fidelidade à Igreja que tem reiterado a opção em numerosos documentos oficiais, e fidelidade, sobretudo, a nossa fé e ao Deus de nossa fé. Santo Domingo acrescentou com grande acerto o qualificativo de opção *evangélica*. O problema de fundo desta opção não é só de economia ou de filantropia. É também e sobretudo problema de fé. No pobre tocamos em algo central da fé e de Deus. A verdade sobre Deus se decide no pobre e nos obriga a proclamar com a vida em que Deus nós cremos. A opção é *evangélica* porque esta foi a opção de Cristo, o qual pôs sua identidade messiânica em "anunciar a boa nova aos pobres" (Lc 4,18s; 7,22s). Foi também a opção de Deus refletida em Cristo, em continuidade com a fé do Antigo Testamento. É aqui que queremos insistir.

Para aprofundar este tema (a fundamentação teológica da Opção preferencial pelos pobres) queremos nos fixar num texto do Antigo Testamento pertencente a um povo que, vários séculos antes de Cristo, fez também sua opção preferencial pelo pobre em fidelidade ao Deus em quem cria. Referimo-nos ao Deuteronômio, do qual tomamos a frase que encabeça nossa reflexão — "teu irmão pobre" (Dt 15,7).

⁶ Discurso inaugural 15.

⁷ Segunda Instrução sobre a Teologia da Libertação *Libertatis Conscientia* 57.

Queremos desta forma exercer o "ministério profético" que o serviço do teólogo presta ao povo de Deus para impulsionar "o trabalho em favor da justiça social, dos direitos humanos e da solidariedade com os mais pobres"⁸.

II. O ideal do Deuteronômio

Seja o que for acerca da origem do Deuteronômio⁹, o livro que temos na atualidade é fruto de uma longa experiência associada prevalentemente a duas datas: o ano de 622 a.C. no qual se encontra o "livro da lei" (2Rs 22,8) no templo e se inicia a reforma religiosa de Josias, e o ano 586 a.C., ano da destruição de Jerusalém pelas tropas de Nabucodonosor e no qual se provoca uma crise de fé para Israel. Ao ver a cidade em ruínas, mais de uma pessoa se perguntaria como ficava a história da promessa sobre uma terra prometida que manava leite e mel. Um povo "explorado e maltratado" (Dt 28,33) e uma cidade em ruínas? Era esse o balanço de uma história com Deus?

O Deuteronômio enfrenta o desafio e encontra a chave de compreensão na infidelidade de Israel e no esquecimento da Aliança, simbolizado tudo num livro esquecido no templo (2Rs 22,8). Querendo anular a experiência histórica de Israel na terra prometida, nos apresenta uma longa exortação colocada na boca de Moisés antes de entrar na terra, e faz parecer que o povo, "todo Israel" (Dt 1,1), está nas planícies de Moab escutando as ordens de Moisés; só que agora o povo não vem do Egito mas da Babilônia. O fracasso da experiência na terra prometida não foi culpa de Deus, mas da dureza do coração de Israel (Dt 9,6). Por isso trata-se, todo o livro, de um compulsório chamado à fidelidade em torno ao tema da unificação nacional, que tem cinco eixos principais: um Deus, um povo, uma terra, um santuário e uma lei¹⁰. O salmo 133 é a proclamação cultural deste ideal: "Que delícia conviverem os irmãos unidos... a vida para sempre!".

Esta insistência na unidade está motivada por uma dupla experiência histórica, ambas negativas. A história de Israel na terra prometida foi um fracasso pois não se conseguiu o objetivo da aliança: construir um povo de irmãos, de pessoas livres e iguais. As estipulações da aliança, os mandamentos que dão vida (Dt 5,33; Lv 18,5 e Ez 20,25), foram entregues a homens libertados da escravidão para pôr as bases de uma sociedade nova, não como a do Egito (Lv 18,2 e Dt 17,16;

⁸ DSD 33.

⁹ Cf. o capítulo de N. LOHFINK, "Balance después de la catástrofe", en J. SCHREINER (ed.), *Palabra y Mensaje del AT*, Barcelona, Herder, 1982; G. VON RAD, *Estudios sobre el AT*, Salamanca, Sígueme, 1976; G. VON RAD, *Deuteronomio*, Brescia, Paideia, 1979; F. GARCIA LOPEZ, *El Deuteronomio, una ley predicada*, Cuadernos Bíblicos 63, Estella (Navarra), EVD, 1989.

¹⁰ Cf. F. GARCIA LOPEZ, *El Deuteronomio*, 6.

28,68). Deveria ser algo assim como um grito e um compromisso de *Egito, nunca mais!*. A experiência histórica, não obstante, foi a de que os reis de Israel se converteram em novos "faraós" para seus irmãos, como se depreende do juízo do autor deuteronomista sobre a monarquia e sobre o reinado de Salomão: "teu pai (Salomão) nos impôs um jugo pesado. Alivia tu agora a dura servidão a que nos submeteu teu pai e o pesado jugo que lançou em cima de nós" (1Rs 12,4)¹¹.

A outra experiência que motiva o intenso desejo de nosso autor por "todo Israel"¹², por um povo unificado de irmãos e de iguais, é a história amarga dos dois reinos divididos por ocasião da morte de Salomão e as lutas constantes entre eles (1Rs 14,30), isto é, a negação prática da "irmandade de Judá e Israel" (Zc 11,14). Opressão interna e divisão da fraternidade são a manifestação da infidelidade de Israel (Dt 9,6).

O Deuterônômio, preocupado com "todo Israel", mostra um marcado sentido comunitário do qual ninguém é excluído; sonhando com um povo unido, apresenta o povo da aliança como um povo de "irmãos". A denominação não é exclusiva deste livro da Bíblia, pois também em outros livros encontra-se expressa a solidariedade do povo em termos de fraternidade (Lv 25,35; Nm 20,3), e entre as tribos de irmãos, a guerra é algo monstruoso (Jz 20,23.28). Porém é o Deuterônômio o livro que maior uso faz do termo, porque é sua forma normal de falar do compatriota¹³. O povo da aliança, nivelado em sua procedência (a escravidão), deve estar também nivelado em sua nova condição de filhos (Dt 14,1). Foram libertados para formar uma comunidade de iguais, sem hierarquia nem prerrogativas, na qual todos são irmãos: o rei, o profeta, o levita, o cidadão (Dt 17,15.20; 18,22.15). "Não temos todos o mesmo pai?" (Mt 2,10 e Dt 32,6). O povo de Deus é "a família ampliada que forma unidade. Porém o emprego do termo irmão, como elemento constitutivo do conceito de povo, tem também uma função niveladora; os irmãos estão ao mesmo nível, têm iguais direitos e deveres e são reciprocamente responsáveis"¹⁴.

O uso que o Deuterônômio faz do Código da Aliança (Ex 20,22-23,19) é significativo. O seqüestro de um homem (Ex 21,16) converte-se em seqüestro de um irmão (Dt 24,7), os empréstimos a alguém de "meu povo" (Ex 22,24) convertem-se em empréstimos a teu irmão (Dt 23,24), encontrar o animal de um inimigo (Ex 23,4) é para o livro do Deuterônômio encontrar a ovelha, o asno ou o boi do irmão (Dt 22,1-5). Irmão será sobretudo o pobre como aparece no capítulo 15.

¹¹ Vejam-se também 1Sm 8,1017; Jz 9,615 e 1Rs 21.

¹² A expressão é frequente no Deuterônômio: 1,1; 5,1; 11,6; 13,12; 18,5; 21,21; 27,9.

¹³ Cf. Dt 1,16.28; 3,18.20; 15,2.3.7.9.11.12; 17,15.20; 18,2.15.18; 19,18.19; 20,8; 21,1.2.3.4.

¹⁴ BÄCHLI, citado por C. WESTERMANN no *Diccionario Teológico Manual del AT*, Madrid, Cristiandad, 1978, 174, a respeito do termo "hermano".

Motivado pela experiência de divisão, opressão e rupturas fraternas, o Deuteronômio propõe começar de novo e intentar viver a utopia da aliança na terra prometida. A maneira do profeta Oséias, leva todo Israel ao deserto para falar-lhe ao coração (Os 2,16), recomendar a partir daí a experiência na terra prometida e escutar a Moisés que diz: "ponho diante de ti a morte e a vida, a bênção e a maldição... escolhe a vida" (Dt 30,15-20). Se Israel decide entrar por este caminho que lhe indica o Senhor e que leva à vida (Dt 5,33), pode-se realizar a palavra do profeta Oséias: "O vale da Desgraça (por onde foi a primeira entrada de Israel na terra prometida (Js 7,25-26)), o farei passagem da Esperança" (Os 2,17).

III. *Teu irmão pobre*

a) *O estatuto legal*

Belo ideal aquele que nos propõe o Deuteronômio: sonhar com um povo unido em fraternidade solidária. Não será tudo uma bela utopia inatingível? Não envereda por outro caminho a realidade das coisas? Este autor, sonhador, utópico e idealista, dá-nos também uma nota de realismo. Conhece a existência das divisões, das desigualdades e da pobreza, e vê em tudo isso um sinal da unidade negada, da bênção de Deus (a terra) não compartilhada e da aliança esquecida. Em seu realismo, sabe que a reconstrução e a unificação nacional passam necessariamente pelo pobre. Enquanto no povo da aliança houver irmãos marginalizados, excluídos, desamparados e em condições de desigualdade, a fraternidade é impossível. Por isso nosso autor faz sua opção preferencial pelo pobre, indicando desta forma o caminho para a realização do ideal: organizar a sociedade em torno à defesa e proteção de seus membros mais fracos e desprotegidos, "fazer com que os pobres participem dos bens da terra"¹⁵. Encontra-se na legislação judia um conjunto de leis para proteger os fracos, um verdadeiro *estatuto legal* que garanta o respeito a seus direitos¹⁶. Falar-se-á inclusive do direito do escravo e do pobre (Ex 23,6 e Jó 31,13). Fragmentos deste estatuto os encontramos no Código da aliança (Ex 20,22-23,19), todavia tam-

¹⁵ VON RAD, *Estudios sobre el AT*, 324.

¹⁶ Pode-se consultar a respeito J. L. VESCO, "Les lois sociales du Livre de l'Alliance", em *Revue Thomiste* 68 (1968) 241-264; J. L. HOUR, *La morale de l'alliance*, Paris, Gabalda, 1966; V. PASQUETTO, *Mai più Schiavi! Aspetti religiosi e sociali del concetto biblico di liberazione*, Bologna, Dehoniane, 1988; L. EPSZTEIN, *A justiça social no antigo Oriente Médio e o povo da Bíblia*, São Paulo, Paulinas, 1970; L. STADELMANN, "O direito e a justiça no antigo Oriente Médio", *Perspectiva Teológica* 10 (1978) 139173; e os números monográficos da revista *Concilium*, nº 144, "La Iglesia y los Derechos Humanos", nº 150, "La dignidad de los oprimidos" e nº 207, "Qué significa para los ricos la Opción por los pobres".

bém no Deuteronômio e no Código da santidade (Lv 17-25). Todas estas leis poderão concentrar-se no lema do Deuteronômio: "busca a justiça e viverás" (Dt 16,20). Vejamos alguns exemplos destas disposições legais defensoras dos fracos na comunidade.

As indicações sobre o rei (Dt 17,14-20) são mais exatamente normas restritivas do poder real para que "não se levante orgulhoso sobre seus irmãos" (17,20), e se lhe proíbe aumentar o poderio militar, à imitação de qualquer império, porque em Israel as coisas não são e nem devem ser como no Egito (17,16 e Lv 18,3). O armamentismo, além de não ser a primeira necessidade de um povo e ser uma das causas do empobrecimento, faz o homem confiar mais no engenho humano do que em Deus. Trata-se de algo que os profetas (Isaías, por exemplo) denunciarão com força¹⁷. Isto explicaria os louvores que, segundo os cânones deuteronômicos, faz Jeremias ao rei modelo Josias. Frente ao luxo, ostentação e injustiça de Joaquim, o profeta diz de Josias que "fez justiça a pobres e indigentes" (Jr 22,13-16)¹⁸.

A mesma legislação da aliança estabelece a cada sete anos a obrigação de perdoar as dívidas contraídas (15,1), assim como a proibição de cobrar juros por aquilo que é emprestado (23,20). Ao segar ou vindimar os campos manda-se também deixar alguma parte "para o estrangeiro, o órfão e a viúva" (24,19-22).

Uma das coisas que mais chama a atenção no Deuteronômio é perceber como certas disposições de origem cúlrica têm agora uma clara dimensão social¹⁹. A prescrição sobre o descanso sabático afeta os estrangeiros, os escravos e os animais (Dt 5,14). A cada três anos se separa o dízimo da colheita, que é deixado às portas da cidade para "o levita, o estrangeiro, o órfão e a viúva que vivem em tua vizinhança e comerão até fartar-se" (Dt 14,28-29). A participação no culto é integradora, não discriminatória; por isso todos participam da "festa em honra de Iahweh", inclusive os escravos. Pareceria que o mais importante no culto não são os ritos mas a festa de gratuidade compartilhada com os pobres e o comer juntos²⁰. O importante não são os ritos mas os irmãos, por isso o que se ordena com clareza é: "não descuides do levita" (Dt 12,19 e 14,27).

Uma coisa que nos resulta estranha é a defesa de um escravo que foge de seu amo; "não o entregues a seu amo, ficará contigo... não o

¹⁷ Cf. o livro de J. L. SICRE, *Los dioses olvidados, poder y riqueza en los profetas preexílicos*, Madrid, Cristiandad, 1979.

¹⁸ O rei Joaquim não pôs seus interesses no bem do povo e na justiça, mas no proveito pessoal, construindo palácios luxuosos com trabalhos forçados: "Ai daquele que edifica sua casa com injustiças!...faz seu próximo trabalhar de graça" (Jr 22,13.16).

¹⁹ Cf. VON RAD, *Estudios sobre el AT*, 316; P. BUIS, *Le Deuteronome*, Verbum Salutis, AT, 4, Paris, Beauchesne 1969, 246.

²⁰ Cf. 12,7.18.22; 14,22.26; 16,7.

explores" (Dt 23,16-17). O residente estrangeiro (emigrante) está sempre em situação de desvantagem, todavia uma mesma lei vale para ele e para o cidadão segundo Levítico 19,34 e 24,22. O Deuteronômio reconhece este "direito do estrangeiro" (24,17). Não se podem aborrecer os edomitas²¹, "são teus irmãos" (Dt 23,8); nem os egípcios, "porque foste estrangeiro em sua terra" (23,8-9). Ademais se concede a sua descendência a possibilidade de fazer parte da comunidade de fé a partir da terceira geração. Se a libertação do Egito é graça, e o dom da terra, bênção e graça, a legislação de Israel não é outra coisa senão a expressão da "solidariedade incondicional de todos"²², incluído o estrangeiro (Dt 10,19).

São em grande número os outros exemplos que se poderiam apresentar acerca desta preocupação de nosso autor, porém o que agora nos interessa é ressaltar também o tom de carinho, de família e de proximidade para com o pobre. Não se fala do pobre de uma maneira geral e objetivado, mas com um tom de afeto pessoal dizendo: "*teu irmão pobre*" (três vezes no capítulo 15). O pobre não é somente irmão, em geral, é "*teu*" irmão pobre. Recordemos, não obstante, que falar de "irmão" não tem como finalidade só o despertar o afeto, que já é bastante. É sobretudo recordar uma obrigação de ajuda ante uma necessidade, pois "o irmão nasce para o perigo", segundo Provérbios 17,17. "A responsabilidade diante de Deus é responsabilidade em favor do irmão"²³. Recordemos aqui que a institucionalização familiar dessa responsabilidade se traduz pelo termo hebraico *go'el*, isto é, aquele que tem a obrigação de resgatar e salvar a família ou os bens de família e que o Levítico pôs de relevo: "se um irmão teu se empobrece e não pode se manter, tu o sustentarás...; se um irmão teu se empobrece e se vende... um de seus irmãos o resgatará" (Lv 25,35.47.49). Trata-se de um ordenamento legal que nasce do coração. "Por isso eu te ordeno: abre tua mão a teu irmão pobre, o indigente de tua terra" (Dt 15,11).

b) O motivo

De onde brotam estas exigências? Qual é o motivo e fundamento de tais mandamentos? O mesmo livro do Deuteronômio nos dá a resposta: "Quando no dia de amanhã te perguntar teu filho: que são estas normas, estes estatutos e decretos que ordenou o Senhor?, responderás a teu filho: *éramos escravos de Faraó do Egito e o Senhor nos tirou do Egito com mão forte... para trazer-nos e dar-nos a terra... e nos mandou cumprir todos estes estatutos* (Dt 6,20-24).

²¹ O ódio entre edomitas e israelitas parece remontar-se às origens (Gn 25,22s), e a inimizade entre ambos parece tradicional (Dt 2,4.8; Am 1,11 e Sl 137,7).

²² VON RAD, *Estudios sobre el AT*, 324.

²³ W. VISCHER, citado por C. WESTERMANN em *Diccionario Teológico*, 174.

O texto enuncia dois temas, dois motivos que se vão repetir ao longo do livro: *éramos escravos no Egito, o Senhor nos tirou do Egito*²⁴. O capítulo 15, no qual nos inspiramos, une os dois temas e tira a conclusão juntando três temas: a situação de Israel, a ação de Deus e a imposição da lei: "Recorda que foste escravo e que o Senhor, teu Deus, te redimiu; por isso eu te imponho esta lei" (Dt 15,15). O que Israel deve fazer não se deduz de uma especulação sobre a natureza humana ou sobre a dignidade do homem, ou o bem comum em abstrato, mas do que "é Deus para Israel e do que ele faz em seu favor"²⁵. Por isso o dogma fundamental da fé israelita, e fundante da existência de Israel, é: "Eu sou o Senhor, teu Deus, eu te tirei do Egito, da escravidão" (Dt 5,6 e Ex 20,2). São estes fatos históricos que dão sentido à aliança e nos ajudam a compreendê-la melhor. Isto é, este dogma nos fala da íntima relação que há entre libertação e aliança, entre sair do Egito e viver segundo os mandamentos. O Deus que atua é o mesmo que dá os mandamentos, e em ambos os acontecimentos se revela como ele é: Deus libertador para a vida; a libertação é para a vida, os mandamentos são para a vida (Dt 5,33).

Duas conclusões se depreendem deste dogma fundante. Uma *primeira conclusão* é que a intervenção de Deus tem uma dimensão jurídica, e, por isso, os israelitas libertados são seus servos, sua propriedade: "tu és um povo consagrado ao Senhor, teu Deus... o povo de sua propriedade" (Dt 7,6; 4,20; 26,18 e 29,11). O Levítico o dirá mais explicitamente enfatizando a nova situação que esse direito de Deus confere a seu povo liberto: "Eu sou o Senhor, vosso Deus, eu vos tirei do Egito, da escravidão, rompi as cangas de vosso jugo, vos fiz caminhar de cabeça erguida" (Lv 26,13). É um povo de homens livres que podem caminhar com a fronte erguida, com dignidade. Por isso os israelitas "são meus servos aos quais tirei do Egito, e não podem ser vendidos como escravos" (Lv 25,42).

Deus é o dono e único Senhor desse povo, por isso se excluem outros senhores (recordemos que o rei é um irmão) e outros deuses (recordemos a intolerância de outros deuses ou imagens de Deus). Trata-se de um monoteísmo libertador. Todavia, por ser propriedade de Deus, toda a existência desse povo está sob seu domínio, e não só a dimensão do culto. A soberania de Deus abarca, integrando-as, a vida e o culto, a dimensão pessoal e a social²⁶.

A *outra conclusão* deste dogma é que, ao atuar, Deus se revela e revela seu propósito. Nunca deveríamos esquecer que, no esquema das alianças, o prólogo histórico é a fundamentação e justificação das

²⁴ Dt 4,20.34.37; 5,6.35; 7,8.18; 8,14; 9,26; 10,18; 11,35; 13,6.11; 15,15; 16,1.3.6.12; 23,8; 24,9.18.22.

²⁵ L. HOUR, *La morale de l'Alliance*, Paris, Gabalda, 1966, 13.

²⁶ Cf. VON RAD, *Estudios sobre el AT*, 303.

estipulações que seguem²⁷. A aliança é feita com um povo que foi escravo, pobre, maltratado. Nessa ação libertadora Deus se revelou como ele é, como o Deus que está com os oprimidos, associado às classes mais baixas da sociedade, como diz o salmo 113, "para erguer o pobre da poeira" (Sl 113,7). O Deuteronômio acrescentará que o agir de Deus com este povo não se deveu a sua importância ou grandeza, mas a uma paixão, a um amor e a uma graça (Dt 4,37; 7,7.8; 9,26; 10,15). A libertação é pura graça. No Egito, o primeiro clamor que Deus escuta é um grito do oprimido, que sobe ao céu a partir de uma situação que clama por justiça²⁸. Chegamos com isto a uma das convicções mais profundas de Israel e a um dos temas maiores da tradição bíblica, a saber, que Deus é amigo dos pobres²⁹. E aqui reside a razão de sua atuação neste mundo de pobreza e de sofrimento em que estão seus filhos³⁰. O Senhor será sempre "aquele que faz sair do Egito, da escravidão", encontre-se esta em qualquer lugar e seja de que tipo for.

Por esta atuação gratuita de Deus, Israel tem uma dívida de gratidão para com seu Deus, e que a pagará não só com o culto a este mesmo Deus, mas com o serviço aos irmãos, especialmente aos mais fracos. Israel, povo libertado, deve converter-se, como seu Deus, em povo libertador. Por isso se pôde dizer que "a interpretação social do Exodo prevalece sobre a utilização ritual"³¹ e exige uma definição histórica, uma colaboração com Deus na história. Com a aliança, Israel se associa ao plano de salvação de Deus na história.

Entra aqui o segundo motivo que os textos nos apresentam: "*Recorda que foste escravo*". E recordar o que foste te capacita para sentir melhor o que outros sentem (Ex 23,9 e Dt 23,9). Se foste escravo e experimentaste a humilhação e o desprezo, o sofrimento humano não te pode ser indiferente. "Recorda que foste escravo". Esta frase se repete para motivar o comportamento de Israel: para ordenar o descanso sabático do escravo (Dt 5,15), ou para libertá-lo no sétimo ano

²⁷ Ver VON RAD, *Deuteronomio*, 24s e 64, e L. HOUR, *La morale de l'Alliance*, 9.

²⁸ Cf. J. L. VESCO, *Revue Thomiste* 1968, 243.

²⁹ Aos textos da tradição do Pentateuco poderíamos acrescentar os textos da tradição profética e sapiencial, que são muitos. Bastamos uma amostra: "teu poder não está no número, nem tua autoridade nos guerreiros; és o Deus dos humildes, socorro dos pequenos, protetor dos fracos, defensor dos desanimados, salvador dos desamparados" (Jt 9,11).

³⁰ Cf. J. DUPONT, *Les Béatitudes, II. La Bonne Nouvelle*, Paris, Gabalda, 1969, 217-218; ID., *Les Béatitudes, III. Les Evangelistes*, Paris, Gabalda, 1973, 670.

³¹ A. NEHER, *La esenza del profetismo*, Torino, Marietti, 1989, 120. Vejam-se também os textos de Am 5,22 e Jr 7,22 que não relacionam o êxodo com prescrições cultuais, mas com a obediência aos mandamentos. Alguns autores pensam que a função "sacerdotal" de Israel da qual se fala em Ex 19,5, nada teria a ver com o culto num lugar determinado, mas com a tarefa de ser "sacramento" da salvação e da vida de Deus no meio de um mundo que cada vez mais se parece com o Egito, "casa da escravidão" (Dt 5,6).

(Dt 15,15), para não defraudar o direito do estrangeiro ou do órfão (Dt 24,18), para ser generoso com os pobres que não vindimam (Dt 24,22). Deus fez um ato de graça ao atuar em favor de Israel, e esse ato de graça se prolonga agora no comportamento de Israel com relação aos pobres. "Mostrando-se generoso com os próprios servos, Israel não é outra coisa senão o canal pelo qual se perpetua e estende esta vontade salvífica de Iahweh. Nesta atitude ética, a história do Exodo se atualiza e continua; tudo isto está implicado na proposição 'recorda que...'"³².

O que Deus é e fez se celebra e canta na liturgia: "tirou Israel daquele país porque seu amor é eterno" (Sl 136,11). O que Deus é e faz é o que Ele espera que faça o israelita, associado em aliança ao projeto de graça de Deus. Deus "faz justiça ao órfão e à viúva, ama o estrangeiro dando-lhe pão e roupa. Amarão o estrangeiro, porque estrangeiros foram no Egito" (Dt 10,18-19)³³.

IV. "Não haverá pobres"? "Sempre haverá pobres"?

O Deuteronômio conhece a tensão entre estas duas afirmações e as enfrenta em um parágrafo que vale a pena citar:

"Se há entre os teus um pobre, um irmão teu, em uma cidade tua, nesta terra tua que te dará o Senhor, teu Deus, não endureças o coração nem feches a mão a teu irmão pobre. Abre-lhe a mão e empresta-lhe à medida de sua necessidade. Guarda-te para que não te ocorra este pensamento vil: "está próximo o ano sétimo, o ano da remissão", e sejas tacanho com teu irmão pobre e não lhe dês nada, porque apelarás ao Senhor contra ti e resultarás culpável. Dá-lhe, e não de má vontade, pois por esta ação abençoará o Senhor, teu Deus, todas as tuas obras e todos os teus empreendimentos. *Nunca deixará de haver pobres na terra*: por isso, eu te ordeno: "Abre a mão em favor do teu irmão, o pobre, o indigente de tua terra" (Dt 15,7-11).

"Não haverá pobres" (v. 4), "sempre haverá pobres" (v. 11). Duas frases, duas possibilidades. Uma aponta para o ideal, a outra constata a realidade. Se a realidade nos convida a aceitá-la com resignação, o ideal nos inquieta e nos abala. A realidade é sempre assim, porém não para justificar um fatalismo resignado e evasivo, mas para ajuizar um povo ao qual se lhe apresentou um caminho e não teve a coragem de entrar por ele.

Recordemos que o contexto é a proclamação da *semittá* (a libertação), isto é, de uma medida que, em nome da fraternidade, impedia

³² J. L'HOUE, *La morale de l'Alliance*, p. 44.

³³ Vejam-se também Pr 22,22; 23,11; Sl 68,6; Lm 3,58.

que a brecha entre credores e devedores aumentasse. Sugere-se a ajuda ao irmão, inclusive como o risco de perda econômica, com a confiança posta no Senhor. Todavia, “feita a lei, feita a fraude”, afirma o dito popular, e nosso autor é consciente disto. Por isso se adianta: “não te ocorra este pensamento vil... e sejas tacaño”.

O autor nos sugere as razões pelas quais não haverá pobres: a bênção de Deus e a generosidade do israelita. O pobre está aí, como irmão, para compartilhar conosco essa terra de Deus e a bênção de seus dons. A bênção de Deus é sua generosidade em favor de seu povo. Ao israelita se lhe convida a sintonizar-se com o Deus generoso, não sendo tacaño com seu irmão nem tendo pensamentos egoístas e vis, mas abrindo o coração e a mão em favor do pobre (vv. 7.8.11). O ano em que se liberta o irmão é também o ano em que se lhe cumula de dons dando “de boa vontade”: “abre a mão em seu favor à medida de sua necessidade”; “dá-lhe e não de má vontade”. Diríamos que a medida de nosso dar não é “nossa” generosidade, sempre tentada de mesquinhez, mas a *generosidade* de Deus e a *necessidade* do irmão. Dois critérios que movem ao abrir a mão e o coração. Atrever-se-á o israelita a entrar por este caminho de generosidade (imitando a seu Deus) pelo qual se indica o ideal de que não haja pobres? “Nunca deixará de haver pobres, por isso eu te mando”.

A história não nos deixou demasiados testemunhos sobre o cumprimento desta lei. O único caso que conhecemos é narrado em Jeremias 34 e não deu resultado. Os amos, arrependidos de haver proclamado a remissão (v. 8), aprisionaram os escravos e “os submeteram novamente à escravidão” (v. 11). A intervenção de Jeremias consiste principalmente em denunciar a ruptura do pacto (aliança): “eu concluí uma aliança com seus pais quando os tirei do Egito dizendo: ... ao cabo de sete anos deixarão livre seu irmão hebreu... mas depois voltaram atrás, profanaram meu nome, cada qual voltou a tomar o seu escravo” (vv. 13-16). Notemos a relação entre profanar o nome de Deus, aprisionar os escravos e quebrar a aliança. Também em tempos de Neemias se proclamou um ano de graça, baseando-se na igualdade fraterna entre todos, e se diz que o “povo cumpriu o prometido” (Ne 5,5-13).

Mais tarde Jesus, inspirado nesta legislação, começará o seu ministério proclamando um “ano de graça” (Lc 4,18s) e de libertação pela extrema generosidade de Deus para com os pobres. Em Jesus, Deus em pessoa entra em solidariedade com os pobres, excluídos e crucificados, e essa sua solidariedade era sua forma de falar de Deus (cf. Lc 15,1s e Mc 2,15-17).

A presença do pobre dentro da comunidade da aliança, tanto da antiga como da nova, tem algo de profético e sacramental. De profético, porque é um sinal denunciador de infidelidades, de falta de

sintonia e de comunhão com o Deus que ama e privilegia os pobres e, em Cristo, se faz pobre³⁴. De sacramental, uma vez que no pobre, sobretudo à luz do Novo Testamento, nos encontramos com Deus e revelamos a Deus em nossa aproximação fraterna e solidária. Por isso, talvez para nós seja mais compulsório e urgente o chamado do Deuteronômio: abre a mão a teu irmão pobre, porque nele encontramos o rosto interpelante do Senhor (DSD 178-179).

Conclusão

Deixamos o Deuteronômio e seu ideal não alcançado e regressamos a nossa história onde os pobres e a pobreza aumentam a ritmo acelerado. Resignar-nos-emos fatalistamente com o fato de que estejam sempre conosco? Sua presença não é casual, pois vivemos numa sociedade com estruturas que produzem em nível mundial "ricos cada vez mais ricos à custa de pobres cada vez mais pobres"³⁵. "Produzem-se", diz o papa, e se se produzem, também podem ser evitados.

O Deuteronômio aponta um caminho que vai desde uma estruturação externa e legal até uma mudança de mentalidade no coração da pessoa: fazer do pobre uma causa própria, familiar, um irmão. "Teu irmão pobre". Talvez com isto não resolveremos todos os complexos e difíceis problemas da pobreza, mas teremos colocado as bases de solidariedade e de afeto que nos permitam olhar o mundo a partir de outra perspectiva: a partir da solidariedade fraterna e responsável da aliança com Deus: "Se um irmão teu se empobrece e não pode se manter, tu o sustentarás para que viva contigo... não exijas dele nem juros nem usuras. Respeita a teu Deus e que teu irmão viva contigo" (Lv 25,35-36). Desta forma fazemos causa comum com Deus na tarefa de prolongar sua graça libertadora.

Tradução: Paulo César Barros

Manuel Díaz Mateos S.J. é licenciado em Teologia pela Jesuit School of Theology, da Universidade Loyola (Chicago - USA), e licenciado em Sagrada Escritura pelo Instituto Bíblico de Roma. Professor de Sagrada Escritura na Faculdade de Teologia de Lima e no ISET. Professor convidado na Faculdade de Teologia do CES (Belo Horizonte - MG). Publicou: *El Dios que libera*, CEP, Lima, 1985.

Endereço: Apartado 3038 — Lima 100 - Peru

³⁴ Deve-se recordar aqui que este sintonizar com Deus se traduz na Bíblia por "conhecer" a Deus. Temos textos claros, segundo os quais "conhecer" significa praticar a justiça e o amor (cf. Jr 9,2223; 22,1516; 1Jo 4,7.16). Também aqui vale o que diz o evangelho: não é aquele que diz, mas aquele que "faz" (Mt 7,21 e 25,40).

³⁵ João Paulo II no Discurso inaugural da III Conferência do Episcopado Latinoamericano, reunida em Puebla 1979.